

b) Prova de conhecimentos gerais na área da língua portuguesa, através de um ditado, com valorização de 50%.

A classificação atribuída será de uma escala de 0 a 20 valores;

II) Entrevista profissional de selecção (EPS), com a duração máxima de trinta minutos, destina-se a avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos ao desempenho do lugar e incidirá sobre os seguintes factores de apreciação, será classificada de 0 a 20 valores e terá como suporte a grelha também a seguir mencionada e como pontos máximos:

	Pontos
Capacidade de relacionamento .....	5
Responsabilidade .....	5
Interesse profissional .....	5
Comunicabilidade .....	5
<i>Total</i> .....	20

Da ponderação dos factores resulta a seguinte classificação:

Sistema de classificação.

*Excepcionalmente favorável* — 20 pontos;

*Favorável* — 16 pontos;

*Bastante satisfatório* — 14 pontos;

*Satisfatória* — 12 pontos;

*Razoável* — 10 pontos;

*Pouco satisfatória* — 8 pontos;

*Insatisfatória* — 6 pontos;

*Desfavorável* — 4 pontos;

*Completamente desfavorável* — 0 pontos.

14 — Na classificação final (CF) adoptar-se-á a escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, considerando-se como tal, por arredondamento, as classificações inferiores a 9,5 valores e será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(PECG \times 6) + (EPS \times 4)}{10}$$

em que:

CF = classificação final;

PECG = prova escrita de conhecimentos gerais;

EPS = entrevista profissional de selecção.

15 — Os critérios de apreciação e ponderação da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

16 — A lista de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final dos concorrentes serão afixadas no átrio dos Paços do Município ou publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, conforme as situações previstas no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

17 — Composição do júri:

Presidente — Dr. António Carlos Figueiredo, presidente da Câmara Municipal.

Vogais efectivos:

Prof. Adriano Lima Gouveia Azevedo, vereador, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr. José Alberto Silva Alexandre e Sousa, vereador.

Vogais suplentes:

Dr. Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida, técnico superior de 1.ª classe, educação física.

Carlos Alberto Marques da Cruz, encarregado de parques desportivos e ou recreativos.

23 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Carlos Figueiredo*.

1000310349

## CÂMARA MUNICIPAL DE SERPA

### Aviso (extracto) n.º 2420/2007

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º, alínea a), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 15 de Janeiro de 2007, foi nomeada a título definitivo a funcionária Paula Cristina Vieira da Silva Estorninho, do quadro privativo desta Câmara Municipal, na sequência de concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior

assessor (arquitectura), aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 187, de 27 de Setembro de 2006.

A candidata deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias úteis após a publicação do presente aviso no *Diário da República*. [Processo isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 114.º, n.º 3, alínea c), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

18 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Rocha Silva*.

3000224779

### Aviso (extracto) n.º 2421/2007

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que foram celebrados contratos a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano, eventualmente renováveis, nos termos do Código do Trabalho, com as trabalhadoras a seguir indicadas, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Fernanda da Conceição Barradas, na categoria de técnica superior de 2.ª classe (economia), escalão 1, índice 400, com início de funções em 11 de Dezembro de 2006, de acordo com o meu despacho de 17 de Novembro de 2006.

Helena Isabel Vargas Magro, na categoria de técnica superior de 1.ª classe (arquitectura), escalão 1, índice 460, com início de funções em 15 de Janeiro de 2007, de acordo com o meu despacho de 11 de Janeiro de 2007.

Marta Isabel Palma Malagueta, na categoria de auxiliar de acção educativa, escalão 1, índice 142, com início de funções em 8 de Janeiro de 2007, de acordo com o meu despacho de 4 de Janeiro de 2007.

[Processos isentos de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

18 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Rocha Silva*.

3000224778

### Aviso (extracto) n.º 2422/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 27 de Dezembro de 2006, e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e por remissão do artigo 2.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foram renovados pelo período de um ano os contratos de trabalho a termo resolutivo certo com as seguintes trabalhadoras:

Leonor Saião Areias, na categoria de técnica superior de 2.ª classe (*design*), com efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2007.

Marta Judite Baião Mestre e Pedro Miguel Raposo Martins, na categoria de animador de informática, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007.

Maria Isabel Carrasco Grilo, na categoria de animadora de informática, com efeitos a partir de 7 de Fevereiro de 2007.

Ana Rosa Panazeite Pica, na categoria de animadora de informática, com efeitos a partir de 17 de Fevereiro de 2007.

[Processos isentos de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

23 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Rocha Silva*.

3000224782

## CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES

### Aviso n.º 2423/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho da presidente da Câmara Municipal de Silves de 16 de Novembro de 2006, foi deferida a reclassificação profissional da funcionária Carla Sílvia Lopes Gonçalves, auxiliar de acção educativa do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, para a categoria de assistente de acção educativa, nível I, nos termos estabelecidos na alínea e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplicou às autarquias locais o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Setembro.

A nomeação da funcionária acima indicada é definitiva de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, conjugado com o n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho. A funcionária deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*. (Processo não sujeito a fiscalização prévia do